

Haroldo Malheiros  
Duclerc Verçosa

DIREITO COMERCIAL  
**TEORIA GERAL**

1

**Direito Comercial e Atividades  
Empresariais Mercantis**

**Introdução à Teoria Geral da  
Concorrência e dos Bens Imateriais**

---

**MARIA CECÍLIA ANDRADE**

Direito Concorrencial (coautoria)

---

4.º edição  
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

STJ00097588

DIREITO COMERCIAL – TEORIA GERAL

Volume 1

HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA

MARIA CECÍLIA ANDRADE

1.ª edição: Malheiros, 2004; 2.ª edição: Malheiros, 2008; 3.ª edição: Malheiros, 2012.

© desta edição [2014]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

GISELLE TAPAI

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [11-2013]

Profissional

Fechamento desta edição: [30.10.2013]



ISBN 978-85-203-5043-0

## SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS E AGRADECIMENTOS À 4.ª EDIÇÃO .....	7
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	9
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS NESTA OBRA .....	21

## PARTE I

**TEORIA GERAL  
DO DIREITO COMERCIAL  
E DAS ATIVIDADES  
EMPRESARIAIS MERCANTIS**

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO COMERCIAL – PARTE HISTÓRICA. CAUSAS, ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL.....</b>	<b>25</b>
1.1 O período pré-histórico: Roma.....	26
1.2 A queda do Império Romano e suas consequências para o comércio. O surgimento do Direito Comercial: causas e características. O Direito Comercial como categoria histórica .....	27
1.3 O Direito Comercial na Idade Média e no período mercantilista. As primeiras fontes costumeiras e doutrinárias do Direito Comercial. Sua importância.....	29

1.4	As feiras medievais e sua importância para o desenvolvimento do Direito Comercial.....	33
1.5	A tentativa da adoção de um sistema objetivo: a noção de “atos de comércio” e os problemas de sua aplicação.....	37
1.6	O sistema brasileiro, de índole mista (subjetiva e objetiva). O exercício da mercancia.....	43
1.7	O retorno a um sistema subjetivista, em termos: a noção de “empresário”. Ato e atividade.....	45
1.7.1	A evolução do conceito de empresário no direito comparado. Perspectivas para o Brasil.....	48
1.7.2	Os conceitos de “empresário” e de “sociedade empresária” no direito vigente .....	50
1.8	Notas sobre a história do Direito Comercial no Brasil.....	52
1.9	Fontes atuais do Direito Comercial e sua importância prática. O papel do Código Civil de 2002.....	56
1.10	O Direito Comercial contemporâneo: objeto, características fundamentais e relações com outros ramos do Direito. O Direito Comercial Internacional.....	65
1.11	O Direito Comercial e as formas modernas de negociação.....	74
1.12	O Direito Comercial e sua relação com outras Ciências. Direito Comercial e Economia. Direito Comercial e Contabilidade.....	75
1.13	O campo de aplicação do Direito Comercial na visão da jurisprudência brasileira .....	76
CAPÍTULO 2 – A AUTONOMIA DO DIREITO COMERCIAL – O NOVO DIREITO DA EMPRESA .....		79
2.1	Introdução .....	79
2.2	A discussão sobre a autonomia do Direito Comercial na Itália.....	81
2.2.1	Os argumentos de Vivante, favoráveis à unificação do Direito Privado. A reação autonomista capitaneada por Alfredo Rocco.....	81
2.2.2	A retratação de Vivante.....	82
2.2.2.1	A fusão dos dois Códigos e o prejuízo para o Direito Comercial.....	83
2.2.2.2	A diferença de método no processo legislativo .....	83

2.2.2.3	A índole cosmopolita do comércio e, conseqüentemente, do Direito Comercial .....	84
2.2.2.4	A disciplina especial dos títulos de crédito, dos negócios à distância e dos negócios em massa .....	85
2.2.3	A doutrina predominante antes da reforma de 1942 .....	88
2.2.4	A unificação do Direito Privado na Itália .....	89
2.2.5	A defesa da unificação .....	91
2.3	A questão da autonomia do Direito Comercial no Brasil.....	91
2.3.1	A posição de J. X. Carvalho de Mendonça.....	91
2.3.2	O pensamento de Waldemar Ferreira .....	92
2.3.3	Os comercialistas brasileiros contemporâneos .....	95
2.3.4	A unificação dos Códigos no Direito Brasileiro.....	102
2.4	A teoria da empresa .....	104
2.4.1	Introdução – Aspectos históricos relevantes.....	104
2.4.2	Introdução à teoria da empresa.....	106
CAPÍTULO 3 – O ALCANCE DO CONCEITO DE “EMPRESÁRIO” E DE “SOCIEDADE EMPRESÁRIA” NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E SUA RELAÇÃO COM A AUTONOMIA DO DIREITO COMERCIAL ...		115
3.1	A caracterização do empresário no Código Civil de 2002.....	116
3.1.1	Exercício de uma “atividade”.....	116
3.1.2	Atividade “econômica” .....	119
3.1.3	Atividade econômica “organizada”.....	122
3.1.4	Atividade “profissional” .....	125
3.1.5	Atividade destinada à “produção de bens e/ou serviços”. Produção para o mercado. O conceito jurídico de “mercado” .....	128
3.1.5.1	O conceito jurídico de “mercado” .....	128
3.1.5.2	Produção ou circulação de bens ou serviços. Mercancia .....	132
3.2	O conceito de “elemento de empresa” .....	135
3.3	Empresa, empresário, sociedade empresária e estabelecimento. Os perfis de Asquini e sua crítica atual .....	141

3.3.1	Os perfis da empresa identificados por Asquini .....	141
3.3.2	Crítica à visão de Asquini .....	147
3.4	Empresa e firma? Empresa ou firma? .....	151
3.5	O empresário mercantil. Teria permanecido como categoria diferenciada perante o Código Civil de 2002? .....	155
3.6	A emancipação do menor pelo exercício da atividade mercantil.....	158
3.7	O destino do antigo comerciante e das sociedades comerciais no regime do Código Civil de 2002.....	159
3.8	Os microempresários e os empresários de pequeno porte .....	161
3.8.1	Introdução.....	161
3.8.2	Da definição de “microempresa” e de “empresa de pequeno porte” (art. 3.º).....	163
3.8.3	Da inscrição e da baixa. Dispensa de exigências (arts. 4.º a 11).....	165
3.8.4	Do regime tributário .....	167
3.8.5	Do acesso aos mercados.....	169
3.8.5.1	Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas .....	169
3.8.6	Das obrigações trabalhistas.....	171
3.8.7	Do associativismo. Do consórcio simples .....	172
3.8.8	Do estímulo ao crédito e à capitalização .....	172
3.8.8.1	Disposições gerais .....	172
3.8.8.2	Das responsabilidades do Banco Central do Brasil.....	173
3.8.8.3	Das condições de acesso aos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.....	174
3.8.9	Do estímulo à inovação .....	174
3.8.9.1	Disposições gerais .....	174
3.8.9.2	Do apoio à inovação .....	175
3.8.10	Das regras de natureza civil e empresarial.....	176
3.8.10.1	Das regras civis. Do pequeno empresário.....	176
3.8.10.2	Das deliberações sociais e da estrutura organizacional....	176
3.8.10.3	Do nome empresarial .....	177

3.8.10.4	Do protesto de títulos .....	177
3.8.11	Do acesso à Justiça.....	177
3.8.11.1	Do acesso aos Juizados Especiais .....	177
3.8.11.2	Da conciliação prévia, mediação e arbitragem .....	178
3.8.12	Do apoio e da representação .....	178
3.8.13	Das disposições finais e transitórias.....	178
3.8.14	As sociedades de garantia solidária .....	179
3.9	A extinção da empresa.....	179
3.10	O custo social da empresa .....	181
3.11	A função social da empresa.....	181
3.12	A falência, a recuperação da empresa e o Código Civil de 2002 .....	186
CAPÍTULO 4 – A EXISTÊNCIA E A REGULARIDADE DA ATIVIDADE MERCANTIL. A CAPACIDADE DO EMPRESÁRIO.....		189
4.1	Introdução .....	190
4.2	O regime das obrigações mercantis no Código Comercial Brasileiro .....	190
4.3	As obrigações dos empresários mercantis, segundo o CC/2002.....	190
4.3.1	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (arts. 967-971 e 1.150-1.154). As empresas de direito e as empresas irregulares ou de fato.....	191
4.3.2	A adoção de livros obrigatórios (arts. 1.180 e 1.185) .....	193
4.3.3	A escrituração uniforme de livros mercantis (arts. 1.179-1.195)....	195
4.3.3.1	Requisitos extrínsecos.....	196
4.3.3.2	Requisitos intrínsecos .....	197
4.3.4	Exigências da escrituração propriamente dita .....	197
4.3.4.1	Idioma e moeda corrente nacionais (CC/2002, art. 1.183; Dec.-lei 486/1969, art. 2.º) .....	197
4.3.4.2	Sistema de contabilidade (CC/2002, art. 1.179; Dec.-lei 486/1969, arts. 1.º, 2.º e 5.º, § 1.º; Dec. 64.567/1969, arts. 8.º-11) .....	197
4.3.4.3	Ordem uniforme (CC/2002, arts. 1.179 e 1.183; Dec.-lei 486/1969, arts. 1.º, <i>caput</i> , e 2.º) .....	198

4.3.4.4	Amplitude da escrituração (CC/2002, art. 1.183; Dec.-lei 486/1969, art. 2.º) .....	198
4.3.4.5	Clareza da escrituração (Dec.-lei 486/1969, arts. 2.º e 5.º, § 3.º; Dec. 64.567/1969, arts. 2.º e 4.º).....	199
4.3.5	Levantamento anual dos balanços patrimonial e de resultado (CC/2002, art. 1.179, <i>caput</i> ) .....	199
4.3.5.1	Balanço patrimonial .....	200
4.3.5.2	Balanço de resultado patrimonial ou demonstração da conta de lucros e perdas (CC/2002, art. 1.189).....	201
4.3.6	A boa guarda da escrituração, da correspondência e dos demais papéis concernentes à sua atividade (CC/2002, art. 1.194; Dec.-lei 486/1969, art. 4.º).....	202
4.3.7	O valor probante dos livros mercantis. Sua exibição judicial .....	202
4.3.7.1	Exibição parcial (CCoB, art. 19, e CC/2002, arts. 1.191 e 1.192) .....	203
4.3.7.2	Exibição integral (CCoB, art. 28, e CC/2002, art. 1.191).....	204
4.4	Notas sobre o sistema de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins – Registro Mercantil .....	205
4.4.1	Das finalidades e da estrutura do sistema de Registro Mercantil (Lei 8.934/1994, arts. 1.º-28).....	205
4.4.1.1	Finalidades e competências do DNRC.....	205
4.4.1.2	Das Juntas Comerciais. Estrutura e competência (Lei 8.934/1994, arts. 5.º-28).....	206
4.4.2	A publicidade do Registro Mercantil (Lei 8.934/1994, arts. 29-31) .....	208
4.4.3	Atos pertinentes ao Registro Mercantil (art. 32 da Lei 8.934/1994, c/c arts. 967 e 984, do CC/2002).....	208
4.4.4	Proibições de arquivamento (art. 35 da Lei 8.934/1994) .....	209
4.4.5	Simplificação e integração do registro de empresários e de sociedades empresárias.....	211
4.4.5.1	Diretrizes para a estruturação e funcionamento da Redesim.....	212



4.4.5.2	Dos sistemas informatizados de apoio ao registro e à legalização de empresas.....	214
4.4.5.3	Da criação de Centrais de Atendimento Empresarial – Fácil .....	215
4.5	A capacidade do empresário. Aquisição extraordinária de capacidade. Empresário incapaz. Proibições de comerciar .....	216
4.6	As sociedades empresárias entre cônjuges.....	220
4.7	A responsabilidade do empresário individual perante seus credores .....	221
4.7.1	A proteção dada pela criação do “bem de família” .....	222
4.7.2	A proteção dada pela criação de um patrimônio separado ou de afetação .....	223
4.7.3	O estabelecimento mercantil de responsabilidade limitada do Direito Português .....	227
4.7.4	A empresa individual de responsabilidade limitada. Efeitos em relação à teoria da empresa e do estabelecimento .....	229
4.7.5	A questão do art. 978 do CC/2002 .....	235
CAPÍTULO 5 – OS ELEMENTOS DO EXERCÍCIO E DA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E OS SEUS ATRIBUTOS.....		239
5.1	Introdução .....	239
5.2	O fundo de comércio ou estabelecimento comercial. Conceito e natureza jurídica. Elementos. Negócios com o estabelecimento. Tutela legal do título de estabelecimento.....	240
5.2.1	A classificação dos bens e os conceitos de patrimônio e de estabelecimento comercial. A tutela do imóvel onde funciona o estabelecimento comercial .....	241
5.2.1.1	Doutrinas clássicas .....	243
5.2.1.2	Doutrinas modernas.....	246
5.2.2	O estabelecimento como universalidade de fato. Conceito e elementos.....	248
5.2.2.1	Elementos do estabelecimento .....	255
5.3	Notas sobre a estrutura e o funcionamento do estabelecimento comercial...	256
5.3.1	O aviamento e a clientela .....	258

5.4	Elementos de identificação do empresário e do estabelecimento. O nome empresarial. Sistemas. Proteção pela exclusividade.....	265
5.4.1	O nome empresarial .....	265
5.5	O empresário mercantil e os colaboradores da empresa. Os leiloeiros .....	272

## PARTE II

### INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA CONCORRÊNCIA E DOS BENS IMATERIAIS (EM COAUTORIA COM MARIA CECÍLIA ANDRADE NA PARTE RELATIVA AO DIREITO CONCORRENCIAL)

CAPÍTULO 6	– NOTAS SOBRE A TEORIA GERAL DA CONCORRÊNCIA E DOS BENS IMATERIAIS. O DIREITO ANTITRUSTE E A PROPRIEDADE INDUSTRIAL .....	277
6.1	A liberdade de iniciativa e o princípio constitucional da livre concorrência.....	278
6.2	A disciplina da concorrência empresarial.....	282
6.2.1	As infrações da ordem econômica. Aspectos gerais.....	282
6.2.2	As infrações da ordem econômica. Sujeitos ativos e condutas específicas.....	287
6.2.2.1	Condutas resultantes da formação de cartéis .....	287
6.2.2.2	Condutas destinadas à criação de barreiras à entrada de novos concorrentes (art. 36, § 3.º, III, IV, V, XIV e XIX)....	288
6.2.2.3	Condutas destinadas a expulsar concorrentes do mercado (art. 36, § 3.º, VII, IX, XIII, XV e XVI).....	289
6.2.2.4	Condutas destinadas a conquistar ou manter o domínio do mercado (art. 36, § 3.º, VI, X, XII, XVI, XVIII, X, XXII, XXIII e XXIV) .....	289
6.2.3	As penalidades aplicáveis nos casos de infrações da ordem econômica.....	289
6.2.3.1	Penalidades principais.....	290
6.2.3.2	Penalidades acessórias (art. 38 da Lei 12.529/2011).....	290

6.2.4	Os órgãos administrativos competentes para atuação no campo do Direito Concorrencial.....	294
6.2.5	O controle das infrações da ordem econômica. O espírito da tutela da concorrência .....	295
6.2.5.1	Medidas preventivas (art. 84).....	295
6.2.5.2	Compromisso de cessação – TCC (art. 85).....	295
6.2.5.3	Formas de controle. Do controle de atos e contratos. Do compromisso de desempenho (arts. 53 a 65 e 88 a 91) ....	299
6.2.6	Execução judicial das decisões do Cade. A intervenção judicial (arts. 93 a 101). O direito da concorrência e o Judiciário .....	301
6.3	A disciplina da propriedade industrial .....	304
6.3.1	Fundamento constitucional e breve histórico .....	304
6.3.2	O acordo GATT/TRIPs.....	308
6.3.3	A proteção à propriedade industrial e o Mercosul.....	313
6.3.4	O Código da Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996). O INPI e sua competência legal. Relações com outras Agências Reguladoras. INPI x Anvisa .....	313
6.3.4.1	Espírito da lei e campo da proteção legal (arts. 1.º a 4.º)	316
6.3.4.2	Natureza jurídica dos direitos de propriedade industrial (art. 5.º).....	319
6.3.4.3	Autoria e direito exclusivo de propriedade e sua extensão (arts. 6.º e 41 a 44).....	319
6.3.4.4	Casos excepcionais de livre utilização do conhecimento patenteadado (arts. 43 e 45) .....	321
6.3.4.5	Invenções e modelos de utilidade patenteáveis. Requisitos. Novidade ou inovação. Atividade inventiva. Aplicação Industrial. Uso prático. Aplicação industrial. Nova forma de ato inventivo. Melhoria funcional (arts. 8.º a 15) .....	323
6.3.4.6	Exceções legais ao reconhecimento do estado da técnica.....	324
6.3.4.7	Proibições da concessão de patentes (art. 18).....	325
6.3.4.8	Concessão e vigência da patente (arts. 38 e 39) .....	326

6.3.4.9	Nulidade da patente. Processo administrativo. Ação judicial de nulidade (arts. 46 a 57) .....	326
6.3.4.10	Utilização econômica das patentes. Licença voluntária e compulsória (arts. 58 a 74).....	327
6.3.4.11	Patente de interesse da defesa nacional (art. 75).....	329
6.3.4.12	Adição de invenção (arts. 76 e 77).....	330
6.3.4.13	Extinção da patente e sua restauração. Sobrevida pela via da publicidade (arts. 78 a 83 e 87) .....	330
6.3.4.14	Invenção e modelo de utilidade realizados por empregado ou prestador de serviços (arts. 88 a 93).....	332
6.3.4.15	Os desenhos industriais (arts. 94 a 121) .....	333
6.3.4.16	As marcas (arts. 122 a 173).....	335
6.3.4.17	Das indicações geográficas. Conceito e proteção (arts. 176 a 182) .....	347
6.3.4.18	Da transferência de tecnologia e da franquia (art. 211)..	350
6.3.4.19	Ação de reparação de danos. Prescrição (art. 225).....	350
6.3.4.20	Juízos especializados na propriedade industrial (art. 241).....	350
6.3.4.21	Proteção à propriedade industrial e Mercosul (art. 242) .....	350
6.3.4.22	Dos crimes contra a propriedade industrial (arts. 183 a 210).....	351
	BIBLIOGRAFIA GERAL .....	353
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	365